

Apelo público à tolerância e ao respeito pela diversidade de opiniões

A 15 de Janeiro de 2020, no seu discurso de tomada de posse, sua Excia o Presidente da República afirmou que:

"...estimularemos o diálogo franco e aberto. A nossa força vem da nossa diversidade e da nossa riqueza social e cultural..."

"...incluir é ouvir os que pensam diferente, incluir é dar oportunidades iguais a todos, incluir é exercer justiça social, é promover o emprego..."

No dia 15 de Agosto de 2020, em visita presidencial a Cabo Delgado, concretamente no Centro dos Deslocados de Guerra em Metuge, o Presidente da República, Filipe Nyusi pronunciou-se em relação ao que afirmou ser a atitude de moçambicanos e estrangeiros que estariam a desrespeitar o sofrimento das FDS nos seguintes termos:

"Lamento por aqueles moçambicanos, que bem protegidos levam de ânimo leve o sofrimento de quem os protege, incluindo alguns estrangeiros que livremente escolheram viver em Moçambique mas que, em nome camuflado dos direitos humanos, não respeitam o sacrifício dos que mantêm erguida esta jovem pátria, e garantir a sua estadia em Cabo Delgado e em Moçambique em geral."

O pronunciamento do Chefe de Estado não estimula o diálogo franco e aberto, e acabou por despoletar nos dias subsequentes ameaças a Dom Luís Fernando Lisboa, Bispo da Igreja Católica em Cabo Delgado. As reacções apontam para o Bispo como sendo o estrangeiro mencionado pelo Presidente da República na sua intervenção em Cabo Delgado, pelo facto deste apresentar um posicionamento crítico em relação à acção do Governo em torno deste conflito. Importa salientar que este tipo de situação está cada vez mais a tornar-se recorrente em Moçambique. O que revela o aumento dos níveis de intolerância, a pluralidade de opiniões, o que não é salutar para a consolidação da nossa jovem democracia e do espírito de debate aberto de opiniões que ajuda a construir consensos e harmonia numa sociedade.

Pese embora se reconheça a necessidade de se garantir os aspectos ligados à segurança do Estado, a situação militar de Cabo Delgado não pode ser usada para coartar a liberdade de expressão dos cidadãos nacionais e estrangeiros. É importante que haja espaço para que as

diferentes forças vivas da sociedade possam expressar a sua opinião, principalmente aqueles que residem naquela província, que todos os dias convivem com o conflito, independentemente da sua origem, religião ou afinidade política.

As entidades religiosas e as organizações signatárias deste comunicado solicitam ao PR que faça um apelo à criação de um espaço de diálogo social, sem crispações, num momento em que como país necessitamos de compreender o fenómeno que se vive em Cabo Delgado, para melhor conseguirmos intervir, sugerindo e apoiando na implementação de medidas que diminuam o sofrimento de vidas humanas e que nos fortaleçam como país e como nação.

Neste contexto, as organizações da sociedade civil, grupos religiosos e outros grupos que no decorrer das suas actividades emitem opinião para a melhoria da governação em Moçambique, repudiam qualquer forma de comunicação que incite actos que podem pôr em causa a integridade física dos cidadãos.



Gizela Zunguze
 António Anosso
 Anabela Lemos
 Palmira Velasco

Glória Bruno
 Brás Gusmão
 Lindoca Tomas
 Valério Ussene

Renato Uane
 Maria Helena
 Alberto Sibia
 Yusuf Adam

Alda Salomão
 Fanito Salatiel

Maputo, 18 de Agosto de 2020